

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM) do semestre findo em 30 de junho de 2022, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No semestre a DTVM apresentou um lucro de

R\$ 60.960 mil, correspondente a R\$ 1.219,90 por ação, sendo que no período anterior apresentou lucro de R\$ 20.295 mil. Em 30 de junho de 2022 o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 11.360,44, um aumento de 12,02% em relação ao exercício anterior. **Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria é único para o Conglomerado JP Morgan, sendo composto na data deste relatório por três membros, todos eles diretores do

Banco J.P. Morgan S.A. As demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2022 foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 23 de agosto de 2022.

São Paulo, 23 de agosto de 2022
A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO E 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)

	Nota	Junho	Dezembro	Passivo	Nota	Junho	Dezembro
		2022	2021			2022	2021
Ativo							
Circulante		1.335.989	1.934.920	Circulante		1.233.942	1.430.746
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.331.320	1.929.190	Negociação e intermediação de valores	6	1.192.724	1.388.211
Disponibilidades		271	221	Obrigações fiscais correntes	8a	36.117	38.082
Aplicações interfinanceiras de liquidez		1.331.049	1.928.969	Outros passivos	7	5.101	4.453
Outros ativos	7	4.669	5.730				
Não circulante		497.446	33.677	Não circulante		31.471	30.789
Realizável a longo prazo		497.298	33.492	Obrigações fiscais diferidas	8b	4.880	4.661
Instrumentos financeiros	5	463.281	-	Outros passivos	7	76	165
Aplicações em depósitos interfinanceiros		463.281	-	Provisões para passivos contingentes e obrigações legais	9	26.515	25.963
Ativos fiscais diferidos	8b	6.779	6.820				
Outros ativos	7	27.238	26.672	Patrimônio líquido	10	568.022	507.062
Investimentos		1	1	Capital social		325.000	274.104
Outros investimentos		1	1	Reservas de capital		2.584	2.584
Imobilizado		147	184	Reservas de lucros		182.526	230.374
Outras imobilizações de uso		811	811	Lucros acumulados		57.912	-
(-) Depreciações acumuladas		(664)	(627)	Total do passivo e patrimônio líquido		1.833.435	1.968.597
Total do ativo		1.833.435	1.968.597				

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Capital social	Subvenções para investimento	Legal	Estatutária		
Em 31 de dezembro de 2020		274.104	2.584	31.903	140.296	-	448.887
Total do resultado abrangente do período		-	-	-	-	20.295	20.295
Lucro líquido do período		-	-	-	-	20.295	20.295
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-
Destinações:							
Reserva legal	10	-	-	1.015	-	(1.015)	-
Em 31 de junho de 2021		274.104	2.584	32.918	140.296	19.280	469.182
Em 31 de dezembro de 2021		274.104	2.584	34.812	195.562	-	507.062
Aumento de capital	10	50.896	-	-	(50.896)	-	-
Total do resultado abrangente do período		-	-	-	-	60.960	60.960
Lucro líquido do período		-	-	-	-	60.960	60.960
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-
Destinações:							
Reserva legal	10	-	-	3.048	-	(3.048)	-
Em 30 de junho de 2022		325.000	2.584	37.860	144.666	57.912	568.022

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Distribuidora" ou "Instituição") é uma controlada direta do Banco J.P. Morgan S.A., constituída na forma de sociedade anônima e com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729 – São Paulo/SP. Suas operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atua integradamente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. As demonstrações contábeis da Distribuidora foram aprovadas pelo Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan em 23 de agosto de 2022.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis
 As demonstrações contábeis individuais da Instituição foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil associadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). A Resolução nº 4.818, do CMN, e a Resolução nº 2 do BACEN, estabelecem critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis.

Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados operacionais podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. A Instituição elabora suas demonstrações contábeis e as disponibiliza em seu site (<https://www.jpmorgan.com.br/pt/disclosures>).

3. Principais práticas contábeis
a) Apuração do resultado – É apurado pelo regime de competência.
b) Ativos circulante e realizável a longo prazo – Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado.
c) Imobilizado – Representado, principalmente, por imobilizado de uso e demonstrado ao custo de aquisição. Conforme Resolução nº 4.535 do CMN, a depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens.
d) Passivos circulante e não circulante – Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridos.
e) Passivos contingentes e obrigações legais – O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta-Circular nº 3.429 do BACEN.

(i) Passivos contingentes - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Os processos cujos riscos de perda jurídica e/ou financeira sejam classificados como possível, de acordo com as normas vigentes, devem ser divulgados, mas não provisionados. Os processos cujos riscos de perda jurídica e/ou financeira sejam classificados como remotos, não são provisionados nem divulgados. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais dados em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. (ii) Obrigações legais - os processos tributários que estão caracterizados como obrigações legais são integralmente provisionados. O passivo relacionado às obrigações legais em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos.

f) Imposto de renda e contribuição social - A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 15% sobre a integralidade da base mais 10% sobre a base excedente a R\$ 240.000,00. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 15%. Para o período de agosto até dezembro de 2022, a CSLL corrente será calculada à alíquota de 16%, conforme MP 1.115/2022. Para os meses de janeiro a junho de 2021 a CSLL corrente foi calculada à alíquota de 15% e de julho a dezembro de 2021 a CSLL foi calculada à alíquota de 20%, seguindo a majoração prevista na Lei nº 14.183/21 (conversão da MP nº 1.034/2021). Ativo e passivo fiscais diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 30 de junho de 2022: (i) o crédito tributário de IRPJ foi calculado mediante a utilização da alíquota de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização das alíquotas de 15% ou de 16% sobre ajustes temporários dependendo da expectativa do período de realização desses ajustes.

g) Caixa e equivalentes de caixa - Incluem disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento em até 3 meses.

4. Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de vencimento em até 3 meses.

	Junho de 2022	Dezembro de 2021
Disponibilidades	271	221
Aplicações em operações compromissadas - posição bancada	1.331.049	1.928.969
Total	1.331.320	1.929.190

5. Instrumentos financeiros: São representados por aplicações em depósitos interfinanceiros com prazo de vencimento em março de 2024.

	Junho de 2022	Dezembro de 2021
Aplicações em depósitos interfinanceiros	463.281	-
Total	463.281	-

6. Negociação e intermediação de valores: Referem-se a credores por conta de liquidações pendentes no valor de R\$ 1.192.724 (dezembro de 2021 – R\$ 1.388.211), em decorrência do serviço de custódia prestado pela Instituição.

7. Outros ativos e outros passivos: Outros ativos estão representados, principalmente, por devedores por depósitos em garantia, relacionados a obrigações fiscais e previdenciárias, no valor de R\$ 27.238 (dezembro de 2021 – R\$ 26.672) e rendas a receber no valor de R\$ 4.303 (dezembro de 2021 – R\$ 4.567). Outros passivos referem-se, principalmente, à provisão para pagamentos relacionados à despesa de pessoal no valor de R\$ 1.960 (dezembro de 2021 – R\$ 2.510), despesas administrativas no valor de R\$ 2.040 (dezembro de 2021 – R\$ 2.015) e valores a pagar a sociedades ligadas no valor de R\$ 904 (dezembro de 2021 – R\$ 18).

8. Imposto de renda e contribuição social
a) Obrigações fiscais correntes - Referem-se, principalmente, à provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro no montante de R\$ 34.275 (dezembro de 2021 – R\$ 36.240).
b) Ativos e obrigações fiscais diferidos - A natureza e a origem do imposto de renda e a contribuição social diferidos são demonstrados como segue:

	Junho de 2022	Dezembro de 2021
Contingências	5.654	5.433
Provisão de honorários advocatícios	778	769
Provisão para participações nos lucros	300	579
Outros	47	39
Créditos tributários - ativo	6.779	6.820
Obrigações fiscais diferidas - passivo	4.880	4.661

Em 2022 foi constituído crédito tributário sobre diferenças temporárias no valor de R\$ 381 (junho de 2021 – R\$ 4.779) e realizado R\$ 422 (junho de 2021 – R\$ 484). Em 2022 foi constituído passivo fiscal diferido no valor de R\$ 219 (junho de 2021 – R\$ 4.547). A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 6.779 (dezembro de 2021 – R\$ 6.820) é estimada conforme abaixo:

1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	10º Ano
4%	2%	2%	5%	5%	10%	10%	19%	19%	24%

Com base na Resolução nº 4.818 do CMN e na Resolução BCB nº 2 os créditos tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 2.867 (dezembro de 2021 – R\$ 3.425). A Distribuidora reconheceu créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre todas as origens existentes em 2022 e 2021.

c) Resultado de imposto de renda e contribuição social - O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como segue:

	Junho de 2022	Junho de 2021
Resultado antes do IRPJ e CSLL	101.576	33.806
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(40.630)	(13.534)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(1)	(13)
Outros	15	36
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	14	23
Total da despesa de IRPJ e CSLL no período	(40.616)	(13.511)

9. Passivos contingentes e obrigações legais: A Instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda e (ii) cobrança de alíquota diferenciada da CSLL em relação às empresas não financeiras. As provisões para contingências constituídas e obrigações legais, e as variações no período estão assim apresentados:

	Junho de 2022	Dezembro de 2021
I. Composição dos saldos patrimoniais		
Fiscais e Previdenciárias - Obrigações Legais	26.515	25.963
Total	26.515	25.963

	Junho de 2022	Dezembro de 2021
II. Movimentação dos saldos patrimoniais		
Fiscais e Previdenciárias - Obrigações Legais		
Junho de 2022	25.963	25.423
Saldo inicial	-	-
Despesas financeiras - juros	552	462
Constituições	-	78
Saldo final	26.515	25.963

Em 2022 e 2021 não havia processos judiciais classificados com risco de perda jurídica e/ou financeira possível.

10. Patrimônio líquido: O capital social é representado por 50.000 ações ordinárias sem valor nominal. O estatuto assegura um dividendo mínimo anual de 3% do capital realizado ou de 6,25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária, dos dois ou que resultar em menor montante, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. A Reserva de lucros – Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. A Reserva de lucros – Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, antes de qualquer distribuição, até o limite de 20% do capital social. A Reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 26 de abril de 2022 foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 50.896 mediante capitalização de parte da conta de "Reserva de Lucros – Estatutária". O aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em junho de 2022.

11. Benefícios - Fundo de pensão: A Instituição é uma das patrocinadoras da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão ("Fundo"), constituído majoritariamente sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais, sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. A Distribuidora registrou despesa de R\$ 166 (junho de 2021 – R\$ 154) relacionada a contribuições para o Fundo.

	Nota	Junho	Dezembro
		2022	2021
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO			
<i>(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)</i>			
		Junho	Dezembro
		2022	2021
Receitas de intermediação financeira		93.146	21.544
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		93.146	21.544
Resultado bruto de intermediação financeira		93.146	21.544
Outras receitas (despesas) operacionais		8.430	12.262
Receitas de prestação de serviços	13a	29.523	31.458
Despesas de pessoal		(5.198)	(4.922)
Outras despesas administrativas	13b	(10.118)	(11.888)
Despesas tributárias		(5.847)	(2.623)
Despesas com provisões	13c	(552)	(254)
Outros resultados operacionais		622	491
Resultado operacional		101.576	33.806
Resultado antes da tributação sobre o lucro		101.576	33.806
Imposto de renda e contribuição social	8	(40.616)	(13.511)
Provisão para imposto de renda		(25.217)	(8.273)
Provisão para contribuição social		(15.139)	(4.986)
Ativo/(passivo) fiscal diferido		(260)	(252)
Lucro líquido do período		60.960	20.295
Quantidade de ações	10	50.000	50.000
Lucro líquido por ação no final do período - R\$		1.219,20	405,90

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO (Em milhares de reais)			
		Junho	Dezembro
		2022	2021
Lucro líquido do período		60.960	20.295
Outros resultados abrangentes no período que podem ser reclassificados para o resultado		-	-
Outros resultados abrangentes no período que não podem ser reclassificados para o resultado		-	-
Total do resultado abrangente no período		60.960	20.295

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO (Em milhares de reais)			
		Junho	Dezembro
		2022	2021
Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado		61.243	20.713
Lucro líquido do período		60.960	20.295
Ajuste ao lucro líquido: (Ativo)/passivo fiscal diferido	8b	260	252
Atualização de depósitos judiciais		(566)	(126)
Provisões para contingências	13c	552	254
Depreciações		37	38
Varição de ativos e passivos		(659.113)	2.102.864
(Aumento)/Redução em instrumentos financeiros		(463.281)	345.846
(Aumento)/Redução em outros ativos (Redução)/Aumento em negociação e intermediação de valores		1.061	(235)
Redução em outros passivos		(195.487)	1.766.749
Imposto de renda e contribuição social pagos		40.916	14.971
Caixa líquido (utilizado)/proveniente das atividades operacionais		(597.870)	2.123.577
Atividades de investimento			
Aumento em outras imobilizações de uso		-	(4)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		-	(4)
(Redução)/Aumento de caixa e			

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso

conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e

executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de agosto de 2022.



pwc PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6